



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

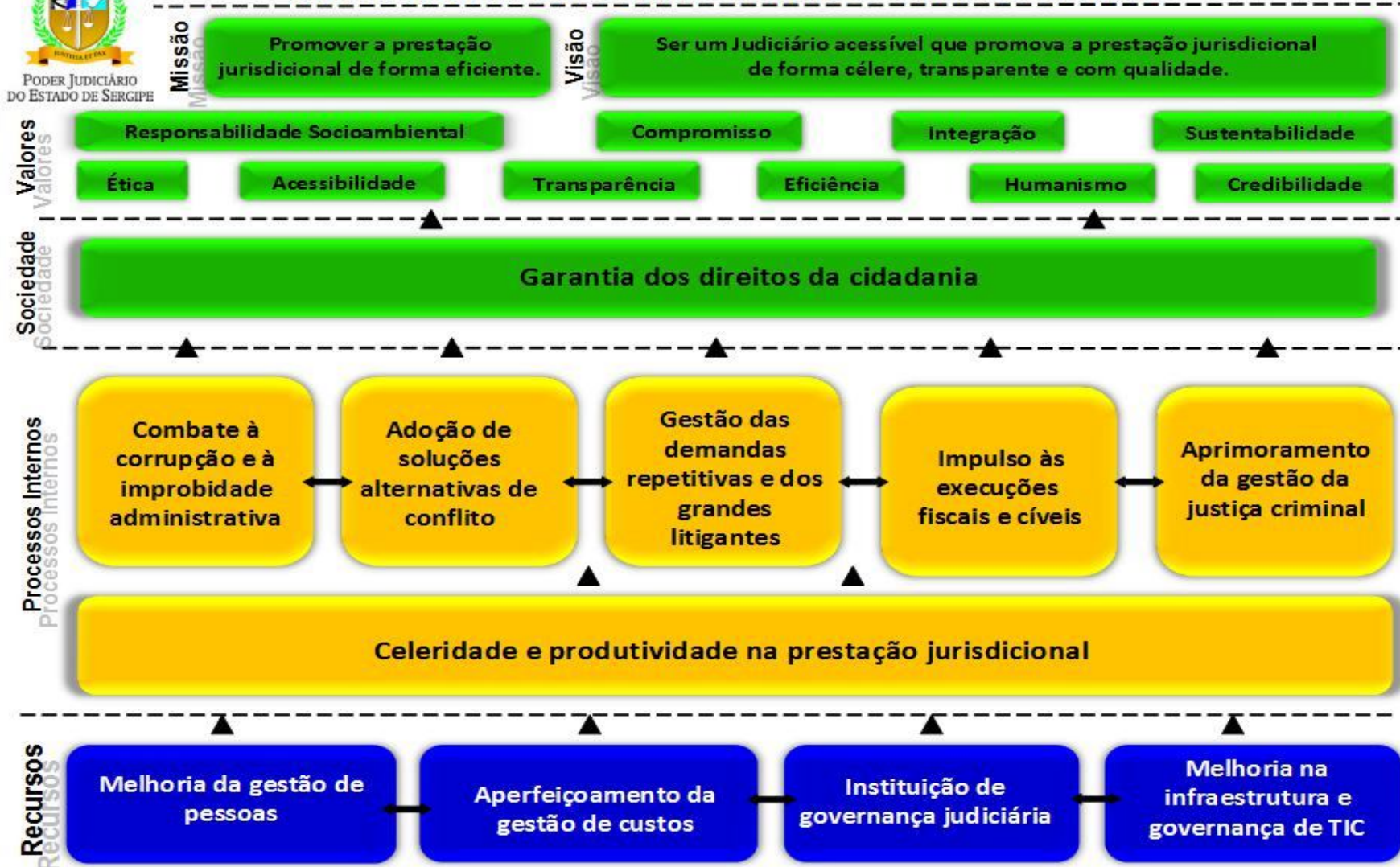
RESOLUÇÃO Nº 07, DE 01 DE ABRIL DE 2015.
Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder
Judiciário do Estado de Sergipe e dá outras providências.

ANEXO

Macrodesafios



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE 2015 - 2020



Tribunal de Justiça de Sergipe

Missão

Realizar Justiça de forma célere e eficiente.

Visão

Ser instrumento acessível e efetivo de realização de uma Justiça célere e de qualidade, que alcance gradativa redução das taxas de congestionamento até 2014.

Atributos de Valor para a Sociedade

- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Compromisso;
- Acessibilidade;
- Integração;
- Transparência;
- Sustentabilidade;
- Eficiência;
- Ética;
- Humanismo;
- Credibilidade.

Sociedade/**Garantia dos direitos da cidadania.**

Descrição

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Indicadores

- Índice de satisfação do Judiciário Sergipano (local);
- Índice de confiabilidade no Judiciário Sergipano (local).

Iniciativas estratégicas

- Pesquisa anual de satisfação dos públicos interno e externo do Poder Judiciário Sergipano;
- Aprimorar o programa de responsabilidade ambiental,
- Plano de Comunicação da Estratégia

Processos internos/Combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Descrição

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e de natureza eleitoral, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicadores

- Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública (Nacional);
- Taxa de congestionamento das ações de improbidade e combate à corrupção (Nacional).

Iniciativas e projetos estratégicos

- Priorização na tramitação e julgamento dos processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- Criação de mecanismos que incluam parceria com os demais atores do sistema de justiça para o combate à corrupção e à improbidade;
- Monitoramento dos resultados das ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- Divulgação de mecanismos de acesso aos resultados das ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa de caráter educativo.

Processos internos/Adoção de soluções alternativas de conflito.

Descrição

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Indicadores

- Índice de conciliação processual realizada (nacional);
- Índice de conciliação pré-processual realizada (nacional);
- Índice de aumento do número de mediadores/conciliadores (local);
- Índice de conciliações/mediações realizadas por natureza de demanda (local).

Iniciativas estratégicas

- Fomento a métodos consensuais de solução de conflitos;
- Difusão à cultura de solução alternativa de conflito;
- Informatizar o trabalho realizado por conciliadores/mediadores;
- Convênios com instituições para ampliação dos centros de conciliação/mediação;
- Portal de Conciliação/Mediação;
- Participação dos estagiários de Direito aprovados pelo processo seletivo do TJSE na Central de Conciliação, com possível atuação como mediadores, após treinamento e sob supervisão;
- Desenvolvimento da Mediação Familiar e execução das oficinas de Divórcio;
- Políticas de estímulo à participação em sessões de conciliação/mediação;
- Programa de Conciliação Permanente (programa continuado)

Processos Internos/Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

Descrição

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

Indicadores

- Taxa de congestionamento em litigância serial (nacional);
- Índice de condenação por litigância de má-fé (local).

Iniciativas estratégicas

- Implantação da gestão estratégica das ações de massa;
- Criação de mecanismos informatizados para identificação de processos de litigância serial;
- Criação de Câmaras de conciliação com a participação dos Procons e das Delegacias do Consumidor;
- Instituição de comitê estadual com responsabilidade de emitir enunciados que orientem o julgamento de demandas repetitivas;
- Criação de comissão mista envolvendo os três poderes sobre diminuição das demandas repetidas e da litigância serial;
- Incentivo a estudos acadêmicos sobre os dois temas;
- Criação da lista dos maiores litigantes.

Processos Internos/ Impulso às execuções, fiscais e cíveis.

Descrição

Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações.

Indicadores

- Taxa de congestionamento na fase de execução global (nacional);
- Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal (nacional).

Iniciativas estratégicas

- Convênios e parcerias com instituições públicas e privadas a fim de dar maior celeridade e efetividade às execuções;
- Promoção de mutirão de conciliação com maiores devedores nas execuções fiscais;
- Estímulo ao protesto de CDA's.

Processos Internos/ Aprimoramento da gestão da justiça criminal.

Descrição

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Indicadores

- Índice de Varas Criminais com sistema de audiência por videoconferência (nacional);
- Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência (nacional);
- Tempo de prisão sem sentença (local);
- Tempo de impulso processual relevante (local).

Iniciativas estratégicas

- Programa de Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal;
- Implantação de sistema virtual de audiência;
- Aperfeiçoamento do sistema de controle da execução penal;
- Estabelecimento de parcerias com os CREAS locais para política de implementação e fiscalização das penas alternativas;
- Necessidade de implementação do interrogatório e oitiva de testemunhas e réus por videoconferência;
- Criação de núcleos de conciliação para concessão de benefícios em processos criminais (suspensão condicional do processo, sursis, audiências admonitórias);
- Implementação das Cartas Precatórias eletrônicas.

Processos Internos/Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Descrição

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Indicadores

- Índice de atendimento à demanda (nacional);
- Taxa de congestionamento processual do Poder Judiciário (nacional);
- Índice de evolução da demanda por ano (local);
- Índice de atendimento por servidor (local).

Iniciativas estratégicas

- Fortalecimento do 1º grau de jurisdição, com ações para descongestionamento das unidades jurisdicionais;
- Implantação de processo judicial eletrônico/virtual;
- Elevação da quantidade de processos baixados em 2º grau;
- Programa de Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial.

Recursos/Melhoria da Gestão de Pessoas.

Descrição

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Indicadores

- Índice de capacitação nas competências profissionais (nacional);
- Índice de mapeamento das competências de cargos e funções (nacional);
- Índice de satisfação em relação à política de gestão de pessoas (local);
- Índice de utilização das competências para ocupação das funções de liderança (local).

Iniciativas estratégicas

- Capacitação de magistrados, servidores e colaboradores para cumprimento da estratégia/Programa de incentivo e valorização da qualificação, graduação e titulação dos servidores/Valorização do Servidor efetivo observando critérios meritocráticos para ocupação de cargos comissionados/Implementação da gestão por competências/ Desenvolvimento de programas voltados para o acompanhamento funcional/Eventos anuais com os servidores efetivos, como oportunidade para melhor conhecimento de atividades estratégicas para este Poder;
- Implantação de ações visando à redução de danos à saúde do servidor decorrente da virtualização processual/Desenvolvimento de pesquisas acerca do perfil da qualidade de vida do servidor;
- Criação/ampliação de programa de reconhecimento de servidores e magistrados/Implementação de ações visando à redução das distorções da remuneração dos cargos em comissão e funções de confiança em relação à remuneração dos servidores efetivos/ Aumento do salário base dos servidores efetivos, haja vista ser um dos piores pagos à categoria em relação a outros Tribunais

de Justiça do país, como por exemplo, TJCE, TJPB e TJBA/Implementação de ações visando à reestruturação administrativa do quadro de pessoal (reestruturação de quantitativo e valores de funções de confiança e cargos em comissão);

- Implementação de ação para alocação plena de força de trabalho no 1º grau.

Gestão de Pessoas/ Aperfeiçoamento da Gestão de Custos.

Descrição

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Indicadores

- Índice de eficiência operacional (nacional).

Iniciativas e Projetos

- Implantação de Sistema de Gestão de Custos, vinculado às Ações Orçamentárias;
- Implantação do instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico através de experiências em outros tribunais ou, por desenvolvimento próprio;
- Integração dos sistemas financeiros do TJSE com o i-Gesp;
- A criação de parcerias para execução de serviços e seus compartilhamentos poderia levar a resultados melhores com baixo custo, tanto para o TJSE quanto para o Ministério Público/SE, proporcionando usufruto do benefício por todos, a partir da colaboração na execução e no financiamento, a exemplo de sistemas de informática, segurança e serviço nos fóruns, serviços de mera execução na própria secretaria judicial, etc.

Recursos/ Instituição de Governança Judiciária.

Descrição

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Indicadores

- Índice de execução do Plano Estratégico (nacional);
- Índice de execução do orçamento estratégico (nacional).

Iniciativas e Projetos

- Aprimoramento de processos de trabalho;
- Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Próprios;
- Aprimoramento do gerenciamento de projetos;
- Implantação de um sistema informatizado de governança com modelo de Gestão Estratégica, Tática e Operacional nos Tribunais;
- Aperfeiçoamento da Gestão Documental;
- Implementação de planos de gestão bienais alinhados à estratégia;
- Realização de inspeções nas sedes de Comarcas e Distritos, em conjunto, a serem realizadas pelos núcleos de segurança do MPSE e TJSE, com o objetivo de diagnosticar pontos vulneráveis na segurança e implementar medidas preventivas e garantidoras para o pleno exercício das atividades laborativas;
- Equalização da força de trabalho entre as instâncias do TJSE;
- Busca permanente em manter as unidades jurisdicionais com quantidade equivalente de processos e servidores, inclusive com a criação de Varas e Comarcas.

Recursos/ Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Descrição

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Indicadores

- Índice de virtualização dos processos novos (nacional);
- Índice de aderência às metas do PETIC;
- Índice de Satisfação do Usuário (clientes finais) com os sistemas e infraestrutura oferecida, por meio de pesquisa (local).

Iniciativas e Projetos

- PETIC (continuado)
- Aprimoramento da segurança da informação;
- Melhoria da qualidade da transmissão de dados;
- Projetos de priorização da Justiça de 1º grau;
- Implantação de uma plataforma de TI para otimizar o acesso a informações gerenciais;
- Instalação do Centro de Atendimento aos usuários;
- Descarte de documentos eletrônicos.